
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

A MULHER E A MATERNIDADE:
BREVE LEITURA DO ROMANCE *UM DEFEITO DE COR*,
DE ANA MARIA GONÇALVES

Ana Beatriz R. Gonçalves (UFJF)
e Clara Alencar V. Pimentel (UFJF)
anag382@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho se destina a identificar aspectos da maternidade e do feminino no romance brasileiro *Um Defeito de Cor*. Almejamos discutir as esferas que o 'ser mulher' alcançou no período da escravidão, a sexualidade, a maternidade e as consequências de não se poder escolher quando gerar um filho, o modo como criá-lo e as frequentes vendas (que se refletiam em perdas) que sofriam os seres escravizados no Brasil do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: escravidão; feminino; maternidade.

O *outro* sempre foi motivo de desconforto para o homem, seja ele desconhecido ou familiar por, frequentemente, provocar medo e pavor (Freud 1976: 368-407), *estranheza*. Com as Grandes Navegações e consequente conquista do que se chamou 'Novo Mundo', a inquietude perante o homem desconhecido e ao mesmo tempo familiar fez com que se personificassem os temores e frustrações de uma sociedade desencontrada no autóctone dos territórios americanos e africanos, nas palavras de Ferando Ortiz [1983]: "foram dois mundos que se descobriram e se entrecrocaram". Jean-Paul Sartre, no prefácio que escreveu para *Os Condenados da Terra*, afirmou que "o colonizado não é o semelhante do homem" (Fanon 2005: 31), ou seja, o colonizado pertence a uma categoria diferente da humana, não merecendo tratamento respeitoso, podendo ser subjugado e diminuído. Zilá Bernd, citando o autor do livro mencionado, afirma que "foi o branco que inventou o negro" (1988: 23) o que nos faz pensar que as distinções étnicas só foram vistas através de um prisma hierárquico a partir do momento em que um povo foi instituído de mais poder do que outro e pode *inventar* categorias baseadas na epiderme. O que se aproximava do já conhecido

pelo viajante, era ‘bom’, seguindo o pensamento de que tudo o que se assemelhava ao **eu** era melhor e mais valioso e, o que se distanciava, apresentava diferença tanto na representação física como na cultura, era tido como ruim, ‘coisa de selvagem’, do **outro**. Este estudo pretende analisar de que modo a *estranheza* alcançou o mundo das mulheres negras que foram transportadas de África para servirem como escravas em países do Novo Continente. Levamos em consideração o fato de que a mulher, primitivo **outro** do homem, experimentou a dominação em países de cultura patriarcal, sendo que, durante a colonização, o tratamento para com elas, principalmente com as indígenas e africanas, seguiu o modelo de controle por propriedade. Assim, a mulher negra somava os aspectos do sexo, a princípio, castrador, e da epiderme, segregador, de modo a ser excluída pela sociedade em que foi (forçadamente) inserida. Para cumprir nosso objetivo selecionamos o romance *Um Defeito de Cor*, da mineira Ana Maria Gonçalves, de modo a esclarecer e exemplificar o mundo *feminino negro*. Daremos atenção ao **eu** silenciado e violentado durante os anos patriarcais e dominadores, diminuído nos discursos da Academia, incompreendido pela sociedade: a voz daquela que somatiza os preconceitos da epiderme e de gênero, triplamente desconsiderada e humilhada – pelo homem branco, pela mulher branca e pelo homem negro, seu companheiro de exclusão.

O romance narra a trajetória de Kehinde, original do Daomé que, após ser capturada ainda menina, foi trazida e escravizada em terras brasileiras onde viveu por um bom tempo até voltar à Costa do Benin, vindo a morrer no meio do Atlântico quando de sua volta ao Brasil na busca por um filho que fora vendido pelo próprio pai. Ela seria Luiza Mahin, personagem importante no período colonial em Salvador, participante da Revolta dos Malês, e mãe de Luís Gama, engajado advogado abolicionista. Nas suas 957 páginas, aprendemos muito da história das mulheres que viveram como escravas no Brasil, suas dores, perdas, impressões e o modo como eram encaradas pela sociedade. O abuso sexual, físico e psicológico, a violência, as separações de pessoas que se queriam ou que eram da mesma região, e a maternidade são alguns dos temas que trataremos neste estudo com base no romance mencionado.

A visão religiosa sobre as mulheres em geral delimitava os espaços em que podiam conviver, as funções que seriam aceitáveis que fizessem e os papéis sociais a serem ocupados. O homem, provedor da casa e da família e, a mulher, mantenedora da ordem e dos costumes, responsável pela educação dos filhos e, conseqüentemente, pelo aspecto civilizatório das novas regiões, a partir do exemplo dado e da ferrenha devoção religiosa. A Igreja precisava justificar a lascívia de seus fiéis de alguma maneira, e o fez jogando sobre as mulheres negras uma incontrolável sensualidade, sexualidade à flor da pele, dando a essas mulheres tons de feiticeiras do amor (do sexo, mais precisamente), idéias que permanecem no inconsciente coletivo até os dias atuais. Assim, não se considerava violência o estupro de uma escrava de treze anos por seu dono, pois que ela era sua propriedade e, até determinado momento no período colonial, não era vista como *humana*. A distinção que se fazia era polarizada e necessária para estabelecer a superioridade da raça branca e das mulheres brancas sobre as negras: as primeiras ganharam ares angelicais, feições e gestos sublimes, generosas e justas, excelentes mães para seus filhos. As segundas foram imbuídas de

todas as características que pudessem justificar abusos sexuais e violência, encaradas como tentações aos homens de bom senso e comportamento, eximidas do aspecto maternal para com seus próprios filhos. A maternidade, que então aproximava a mulher de Maria e a afastava de Eva, a pecadora (DEL PRIORI, 1997, p. 52), era exercida de maneira (teoricamente) completa pela mulher branca, a quem era dado o direito da educação dos filhos – ainda que quem realmente cumprisse essa função fosse a “mãe preta”, presente nas sociedades escravocratas.

A escravidão transformou a mulher negra em servente, trabalhadora braçal, amante, prostituta, algoz e vítima de si mesma por não encontrar justiça que olhasse por ela. Os senhores, em seus desejos, gostavam de acreditar que as escravas que levavam para a cama iam por vontade própria, ou por aceitarem certos ‘agrados’ que eles ofereciam como pagamento pelo serviço a ser prestado: vestidos, doces, promessas de alforria, laços de fita. Com esses “subornos” eles acreditavam estar livres da culpa ou do estigma de estupradores, pois, para recebê-los, elas tinham que permitir a relação sexual. Bell Hooks nos chama a atenção para o fato de, muito frequentemente, nos referirmos a essas mulheres como prostitutas. A violência ocorreria de qualquer maneira, com ou sem “pagamento”; algumas dessas mulheres encaravam que, aceitando a proposta do senhor de maneira pacífica, as coisas seriam melhores para elas, talvez menos traumatizantes (Hooks 1981: 33). A mulher escrava tinha que servir ao senhor e aos seus filhos quando estes a quisessem, não tendo domínio de seu corpo ou possibilidade de deixar ouvir sua vontade. A ela era negado o direito da escolha sobre sua própria vida; ela era, mais do que o homem escravo, propriedade de seu senhor para cama, mesa e banho.

No romance, o episódio que nos chama atenção em relação à distinção entre mulheres brancas e negras no período colonial, diz respeito ao dono do engenho e sinhô de Kehinde (Sinhô José Carlos), sua esposa (Sinhá Ana Felipa) e duas das escravas do casal: a protagonista, ainda jovem, e Verenciana, uma negra muito bonita e cobiçada pelos homens da fazenda. Perto dos treze anos, Kehinde começa a perceber as intenções de seu senhor para com ela, que a transferiu da fundição para dentro da Casa Grande.

Vendo o comportamento do sinhô em relação à menina, Ignácia, escrava do engenho e sua companheira de baia na senzala grande, sugeriu que “começasse a pensar nisso [deitar-se com homem], para que desse tempo de pelo menos escolher o primeiro”; esse comentário somado ao do capataz que a transferiu de função a mando do sinhô — “que o sinhô (...) não era nada bobo de misturar uma preta tão bonita com o resto dos escravos, correndo o risco de ser **inaugurada** por qualquer um” (Gonçalves 2007: 151-152) — nos faz confirmar que, para a mulher negra escrava do século XIX, escolher seu parceiro era luxo. Os abusos começaram desde antes de ela ir para dentro da Casa Grande, usando de sua autoridade para mostrar que a desejava: “levantou a barra da minha saia e olhou minhas pernas” (Gonçalves 2007: 151); “pediu para ver os meus peitos” (Gonçalves 2007: 152); “o sinhô José Carlos às vezes esbarrava em mim (...) e, fingindo ser por acidente, encostasse o braço ou as mãos nos meus peitos ou o membro na minha bunda” (Gonçalves 2007: 153-4).

A Sinhá Ana Felipa sabia do motivo que fizera o marido transferir a escrava de função, mas se anulava e não tomava partido no caso, como de praxe. Ela apenas quis Kehinde para escrava de companhia, mantendo-a mais perto de si, visando proteger seu casamento e não a menina. Essa situação foi se estendendo até o dia em que ele programou, junto com o capataz, de levá-la a uma cabana para consolidar seu direito de senhor sobre a propriedade, que era ela. Esse encontro levanta aspectos controversos na relação senhor – empregado; branco – negro. Ao deixá-la com o Sinhô, o capataz Cipriano, “antes de sair e fechar a porta, ele relutou, e parecia estar deixando ali dentro uma filha a quem tentasse dizer que a vida era assim mesmo e seria ainda mais difícil se tentasse resistir, mas que, de qualquer maneira, ficaria esperando do lado de fora” (Gonçalves 2007: 167-8). Ele quis passar à menina alguma sensação de segurança, consciente de que a experiência pela qual ela passaria era inevitável, até mesmo uma prática corriqueira. Ainda assim, não conseguiu esconder seu pesar por imaginar que algo semelhante ocorreria a uma filha sua, mesmo que ele quisesse evitar. Como a primeira tentativa falhasse pela interferência de Lourenço, escravo da Casa Grande apaixonado por Kehinde, o Sinhô organizou outra, mais violenta e traumatizante, na qual usou de seu poder como dono e senhor absoluto daquelas ‘peças’ para estuprar a ela e a Lourenço e, ainda castrá-lo.

A segunda experiência envolvendo o Sinhô José Carlos e sua esposa, dessa vez de maneira mais direta, foi com uma escrava chamada Verenciana. Ao descobrir que esta estava grávida de seu marido, a Sinhá decide, então, que ela nunca conseguiria ver o próprio filho, arrancando os olhos da negra e, depois, servindo-os ao marido em uma compota de geléia. Sua atitude, apesar de radical e cruel, não fez com que o marido desamparasse a escrava após o incidente: “Sem que a sinhá soubesse, o sinhô José Carlos estava cuidando muito bem da Verenciana, enviando mantimentos por um de seus homens e até pagando para a Nega Florinda cuidar dela, que não prestava para fazer quase nada sozinha, sem enxergar” (Gonçalves 2007: 115). Ambas as situações, envolvendo o mundo machista e falocêntrico, envolvem, de maneira direta, o mundo feminino, representado pela figura da Sinhá Ana Felipa, que ou não se manifestava para proteger as escravas do alcance do marido ou agia ela mesma, de maneira a punir a preta que considerasse ameaça para a tranquilidade de seu lar (gostaríamos de ressaltar que o romance não traz apenas relações conflituosas entre mulheres brancas e negras. Na figura da Sinhazinha Maria Clara, para quem Kehinde serviu como escrava de companhia, temos um exemplo de amizade e confiabilidade).

A visão do corpo feminino, por anos incompreendido pelas vias da ciência, era primordialmente a *maternal*. Nesse sentido começa a indisposição entre brancas e negras no período colonial: as primeiras viam na maternidade a saída para a felicidade de seus casamentos e o alcance dos céus, tinham o direito e, até mesmo o dever de gerar filhos e de estar com eles durante seu crescimento. Em contrapartida, a mulher negra era apenas *reprodutora*, não importava aos seus donos que se apegassem aos filhos, apenas que os tivessem. As mulheres negras eram, então, o oposto das brancas no que se refere à sexualidade; o corpo delas era encarado como permissivo, despudorado, espaço onde o sexo poderia ocorrer sem retaliações, sentimento de culpa ou responsabilidade. Isso fazia com que as primeiras se sentissem superiores

e mais puras que as outras, tidas por “latrinas sexuais” (Hooks 1981: 33) e tentadoras da moral e dos bons costumes. Na ocasião com Verenciana, o que mais ultrajou a Sinhá Ana Felipa foi o fato de ela estar grávida de seu marido, a ponto de dar a ele um herdeiro, coisa que ela mesma nunca conseguira:

Desde que tinha perdido o filho, a sinhá Ana Felipa nunca mais fora a mesma (...). Ela passava os dias andando pela casa com um rosário na mão, brigando e castigando por nada. (...) Isso foi assim até o dia em que a sinhá ficou sabendo pelo capataz Eufrásio que a preta Verenciana estava pejada e diziam na senzala grande que o sinhô José Carlos estava se deitando com ela. (Gonçalves 2007: 105).

A rivalidade não era por ver nela a mulher com quem seu marido a estava traindo, mas sim, a mãe que ela não conseguira ser. Consciente de que o assunto era entre as duas, “começou a passar a faca na barriga da Verenciana, dizendo que era muito triste para uma mulher não ver o filho entre os braços, e que Verenciana ia sentir isso na pele” (Gonçalves 2007: 106). Assim, ao arrancar os olhos da escrava, a atingiu em sua função de mãe diretamente. A maternidade é tópico extremamente importante no contexto mencionado, tanto que Ana Maria Gonçalves decide tecer seu romance com base na história de uma mãe que busca seu filho vendido (pelo próprio pai em troca de quitar suas dívidas de jogo) pelo Brasil e pela Costa do Benin, para onde pensou que o filho pudesse ter ido, impulsionado, também, por sua procura.

Sinhá Ana Felipa entendia que “era bastante normal que os senhores se deitassem com as escravas e as senhoras aceitassem sem reclamar” (Gonçalves 2007: 153), mas, caso essas mulheres gerassem filhos dessas relações, ela não aceitava que exercessem a maternidade de modo completo e ameno. No caso da protagonista do enredo, Banjokô, o filho que nasceu da violência sofrida, foi criado por ela como se fosse seu, posto que ele poderia passar por branco sem muito esforço, desenvolvendo grande afeto pelo menino, criando-o com os luxos que ela, sendo da alta sociedade, poderia oferecer. Com Verenciana, impediu que ela visse o filho, e conseguisse se relacionar bem com o mundo exterior, já que ela “não prestava para fazer quase nada sozinha”, como já mencionamos. O problema da Sinhá não era com o fato de ambas terem sido *amantes* de seu marido, mas sim, por elas terem dado a ele filhos, ainda que bastardos, coisa que ela não conseguira fazer. Interessante pensar esse comportamento com base no fato de que seu ventre era seco por conta de ervas abortivas, que ela ingerira sem saber, colocadas em sua comida/bebida por Antonia, sua cozinheira, através de Liberata, mãe de Verenciana: o impedimento da maternidade era via de mão dupla, sem que ela o soubesse.

Como grande parte das investidas ocorria dentro do território da fazenda, inferimos que a mulher escrava desconhecia o *lar* em uma de suas mais importantes características: ela não sentia segurança na Casa Grande, nem na senzala, nem no engenho, nem na Igreja. Como no caso de Kehinde, os olhares abusivos e a violência ocorriam dentro da casa grande, em celeiros ou casas de caça abandonadas. Seria inútil gritar, reclamar ou pedir ajuda. Todos temiam a repressão e a fúria dos senhores, caso estes

fossem interrompidos ou retaliados quando da iniciação ou manutenção de relacionamento com escravas.

A *casa* não tem sentido de *lar* para essas mulheres – é, antes de tudo, uma construção, dentro da qual experimenta os primeiros raios da exclusão, do autoritarismo, do não-amor, da exploração. Para Terkenli, “As pessoas constroem suas geografias de lar através da relação de seus ‘eus’ e o mundo” (1995), o que nos leva a concluir que o ‘sentir-se em casa’ é resultado da identificação interior com o mundo que cerca o indivíduo e sua sociedade de origem, sentimento raro para os seres da diáspora forçada.

Kehinde, em *Um Defeito de Cor*, vive em um *lar* em Savalu com a mãe, avó, o irmão e a irmã gêmea, até o dia em que os guerreiros do rei Adandozan matam seu irmão e violentam sua mãe, roubando não só a inocência da infância, mas a segurança da vida em família. Ainda assim, sua memória daqueles tempos era bastante positiva, talvez por que a primeira relação que se faz de *lar* é com a mãe, com a vida privada. O ‘voltar para casa’ carrega o sentido de encontrar o colo materno: a saudade de Kehinde era tanto da *mãe* como da terra que lhe dera condição de vida.

Depois da captura e do transporte, foi comprada para ser escrava de companhia da filha do dono do engenho, a Sinhazinha Maria Clara. No Brasil, mais especificamente no engenho do Sinhô José Carlos, o que dava a idéia de *conforto* entre os escravos, era a vivência da mesma experiência, ou seja, o que é comum entre o ‘eu’ e o ‘outro’ cria a sensação de comunidade, próxima da de *lar*. Vemos, na situação com Maria Clara, que a anulação da menina escrava dentro de casa começava antes mesmo de cumprir sua função:

A Esméria recomendou que eu me comportasse bem, nunca dizendo nada que não fosse perguntado, nunca fazendo o que não fosse pedido e nunca desobedecendo ou questionando, mesmo quando achasse que uma ordem estava errada ou injusta. Era assim que as coisas aconteciam entre pretos e brancos, e era assim que deveriam continuar, pois eu nunca poderia mudá-las e tinha até muita sorte de estar entre os escravos da casa. (Gonçalves 2007: 76)

A recomendação era que ela agisse como um brinquedo obediente, esperando ser convocado para, aí sim, manifestar sua vida medida em palavras, tom de voz, gestos. Interessante é pensar que, até os dias atuais, considera-se boa *empregada* a mulher que se cala diante de grosserias, aceita as indiferenças da família para quem trabalha e não reclama do baixo salário.

O *lar* é, frequentemente, lugar de exílio, martírio, angústia e sofrimento para a mulher negra, sentimentos experimentados fora dele, também. É no *lar* que a menina é silenciada, violada, ameaçada e, mais tarde, a mulher aprende a viver como sombra. Sendo assim, a sensação que a mulher negra experimenta tanto em casa como no mundo é hostil, diminuidora, castradora de virtudes e autenticidades. As capacidades

1 people construct their geographies of home at the interface between their self and their world.

individuais são descartadas e, desde pequena, a menina negra aprende a língua da repressão e da violência.

A luta travada entre os ambientes onde vive se dá no campo do simbólico, ainda que as repercussões sejam concretas no psicológico e no corpo, a fim de ultrapassar barreiras impostas pela sociedade e pela família que a impedem de se manifestar em sua plenitude. Redefinir geografias sociais passa a ser primordial para a mulher que ousa falar e almeja ser ouvida. Para ela, conviver com o fardo dos abusos cometidos por senhores, familiares e vizinhos é inaceitável e, num trabalho contínuo e lento, propaga entre as filhas, sobrinhas e amigas, que a posse do corpo é um crime. O fato é que o sentimento vivido dentro de casa faz com que ela esteja em constante alerta e não se permita viver experiências surpresas, pois atrás delas pode sempre estar uma má notícia ou outras intenções. A mulher negra teve que aprender a conciliar a desconfiança com a doçura para sobreviver no sistema em que foi enclausurada.

Ainda em relação à transposição de barreiras, gostaríamos de chamar atenção para o fato de Kehinde ter sua vida marcada pelas andanças: a saída de Savalu para Uidá; dali para o navio que a trouxe à Ilha dos Frades, na Bahia; depois a Itaparica; Salvador, onde teve que mudar de endereço algumas vezes e, depois, por quase todo o Brasil em busca pelo filho vendido, o que a levou de volta à África. Com essas mudanças, não só o aspecto geográfico se alterou, mas a personalidade dela, também. As perdas e desilusões, as quedas e os golpes, fizeram com que assumisse posturas mais duras, insensíveis e desconfiasse mais do mundo que a cercava. Ela passou a se enxergar de outra maneira, adotando nova identidade e comportamento, medido e mediado pela construção ao seu redor. Para Walters, “Não se pode estar ‘em casa’ e ‘em diáspora’ ao mesmo tempo”² (2005: x), o que nos leva a pensar que, o ser diaspórico, para sentir-se à vontade no ambiente que o cerca, deve se esforçar de modo a deglutir as diferenças culturais e sociais a ponto de fazê-las suas. Os homens, talvez pela maior ‘liberdade’ que a sociedade patriarcal lhes dava, alcançavam a transposição de barreiras mais frequentemente que as mulheres. A vigilância sobre elas era ainda maior que a deles, o que lhes possibilitava o conhecimento do mundo público, o ‘ganhar o mundo’.

Sobre a questão do masculino acessar mais o mundo que o feminino, James Clifford afirma que: “quando a experiência diaspórica é vista em termos de deslocamento ao invés de locação, viagem ao invés de tensão, desarticulação e não rearticulação, então a experiência dos homens irá predominar”³ (Walters 2005: xii). A mulher até então confinada ao mundo do privado tem, na literatura, as chances de expandir os horizontes, ganhar as ruas e sua independência. Em *Um Defeito de Cor*, a trajetória da personagem principal nos leva a crer que ela quebrou parâmetros vigentes para sua época, que sua ‘personalidade’ não foi construída linearmente, posto que ela engloba características outrora exclusivas do masculino sem deixar de ter as (pre) ocupações do feminino.

² one cannot be at home and in diaspora at the same time.

³ when diasporic experience is viewed on terms of displacement rather than placement, traveling rather than dwelling, and disarticulation rather than rearticulation, then the experiences of men will tend to predominate.

OBRAS CITADAS

ARAÚJO, Emanuel. 1997. *A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia*. Mary Del Priori, org. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

BERND, Zilé. 1988. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense.

FANON, Frantz. 2006. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: UFJF.

FREUD, Sigmund. 1976. "O estranho". *História de uma neurose infantil e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GONÇALVES, Ana Maria. 2007. *Um Defeito de Cor*. Rio de Janeiro: Record.

HOOKS, Bell. 1981. *Ain't I a woman. Black women and feminism*. Cambridge, MA: South End Press.

ORTIZ, Fernando. [1983]. Do fenômeno social da transculturação e sua importância em Cuba. Disponível em <http://www.ufrgs.br/cdrom/ortiz>. Acesso em 30 de setembro de 2009.

WALTERS, Wendy. 2005. *At home in Diaspora. Black international writing*. Minneapolis: U of Minnesota P.

TERKENLI, Theano S. 1995. "Home as a Region". *Geographical Review* 85.3 (Jul.): 324-334. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0016-7428%28199507%2985%3A3%3C324%3AHAAR%3E2.o.CO%3B2-B>. Acesso em 13.10.2009.

WALTERS, Wendy. *At home in Diaspora. Black international writing*. Critical American Studies Series, University of Minnesota Press, 2005.

WOMAN AND MOTHERHOOD: A BRIEF READING OF THE NOVEL *UM DEFEITO DE COR*, BY ANA MARIA GONÇALVES

ABSTRACT: The purpose of this paper is to identify aspects of motherhood and the feminine persona in the Brazilian novel *Um Defeito de Cor*. We intend to look at the experience of "being a woman" during slavery: sexuality, motherhood, and the consequences of not being able to choose when to bear a child or how to raise him/her, are some of the aspects highlighted in our study, as well as the frequent sales (reflected in losses) endured by slaves in XIX Century Brazil.

KEYWORDS: slavery; feminine; motherhood.

Recebido em 15 de outubro de 2009; aprovado em 30 de dezembro de 2009.